

Supremo Tribunal Federal

PETIÇÃO 8.002 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) :PROCURADOR-GERAL FEDERAL
REQDO.(A/S) :
ADV.(A/S) :LUIZ ALFREDO OST E OUTRO(A/S)

PETIÇÃO. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE PROBABILIDADE DE PROVIMENTO DO RECURSO. ART. 995, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZADOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PRECEDENTES. AÇÃO À QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO: Trata-se de Petição ajuizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na qual se requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos nº 0007955-84.2015.4.04.9999.

Narra o requerente que tratou-se, na origem, de ação ajuizada por beneficiária de aposentadoria por idade e pensão por morte em seu desfavor, com o objetivo de obter o acréscimo de 25% previsto no artigo 45 da Lei nº 8.213/91, ao argumento de necessitar de assistência permanente de outra pessoa, com pagamento retroativo à data em que a requisição foi feita administrativamente.

Relata que o pedido foi julgado parcialmente procedente “*para condenar o INSS ao pagamento do adicional de grande invalidez apenas sobre o benefício de aposentadoria por idade*”. Tal decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em sede recursal.

Diante disso, narra que interpôs concomitantemente recurso especial e extraordinário, ambos admitidos pelo Tribunal *a quo*, estando a subida do extraordinário obstada até o julgamento do especial.

Supremo Tribunal Federal

PET 8002 / RS

Sustenta a existência dos requisitos ensejadores da concessão do efeito suspensivo, diante do risco de dano de difícil reparação, apontando como consequências da manutenção da decisão, em resumo: “a) o acréscimo bilionário no déficit público, a ser suportado por toda a coletividade, e; b) o enorme tumulto na organização administrativa do INSS e do próprio Poder Judiciário, a prejudicar todos que precisam de perícia médica, seja para o deferimento do próprio benefício por incapacidade, seja para a obtenção do auxílio adicional.” Quanto à plausibilidade do direito alega que “é inafastável a aplicação do §5º do art. 195 da Constituição, na medida em que a política de assistência social depende de recursos públicos, não se aplicando a lógica de direito adquirido existente para os benefícios previdenciários”.

É o relatório. **Decido.**

Ab initio, pontuo que a concessão de efeito suspensivo a recurso, nos casos em que não se opera automaticamente *ope legis*, pode ser deferida *ope judicis*, conforme deliberação do Ministro relator, se presentes os requisitos de existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso. Nesse sentido é a disposição do art. 995, parágrafo único do CPC/2015, *verbis*:

“Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.”

In casu, entretanto, não verifico a presença da probabilidade de provimento ao recurso ao qual se refere o presente pleito suspensivo, conforme as razões do apelo extremo que o autor fez juntar aos autos.

É que, nessa análise ainda primeira e perfunctória da questão, verifico que a controvérsia posta nos autos, relativa à extensão do adicional previsto no artigo 45 da Lei nº 8.213/91, quando *sub judice* a controvérsia,

Supremo Tribunal Federal

PET 8002 / RS

implica a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, o que se revela inviável em sede de recurso extraordinário, por configurar ofensa indireta à Constituição Federal.

Com efeito, em casos análogos ao presente, esta Corte já decidiu que a matéria jurídica posta nos autos cinge-se à legislação infraconstitucional, pelo que não admitida sua discussão na via do recurso extraordinário. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. ADICIONAL DE ASSISTÊNCIA PERMANENTE. ART. 45 DA LEI N. 8.213/1991. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.” (ARE 872.458-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, Dje de 21/05/2015, grifei)

“DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ART. 45 DA LEI Nº 8.213/1991. ADICIONAL DE 25% PARA APOSENTADO POR INVALIDEZ QUE NECESSITA DE ASSISTÊNCIA PERMANENTE DE OUTRA PESSOA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. REAPRECIÇÃO DOS FATOS E DO MATERIAL PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal já assentou a inexistência de repercussão geral da controvérsia relativa à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal (Tema 660 - ARE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). 2. A solução da controvérsia pressupõe, necessariamente, a análise de legislação infraconstitucional, o reexame dos fatos, do material probatório constante dos autos (Súmula 279/STF), o que torna inviável o processamento do recurso extraordinário. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 712.009AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, Dje de

Supremo Tribunal Federal

PET 8002 / RS

20/05/2015, grifei)

“Agravos regimental no recurso extraordinário com agravos. Direito previdenciário. Prequestionamento. Ausência. **Adicional de assistência permanente. Legislação infraconstitucional. Análise. Impossibilidade.** Precedentes. 1. É inadmissível o recurso extraordinário quando os dispositivos constitucionais que nele se alega violados não estão devidamente prequestionados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 2. **Inviável, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional de regência.** Incidência da Súmula nº 636/STF. 3. Agravos regimental não provido.” (ARE 889.586-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe de 19/10/2015, grifei)

Dessarte, diante da aparente improbabilidade de seu recurso extraordinário, revela-se incabível a requerida atribuição de efeito suspensivo. Deveras, corroborando a impossibilidade de concessão de efeito suspensivo quando inexistente a probabilidade de provimento do recurso, destaco os seguintes precedentes, *verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO ADMITIDO NA ORIGEM. EXCEPCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. A atribuição de efeito suspensivo a recurso extraordinário é medida excepcional, que somente se justifica se houver: a) probabilidade de conhecimento e de provimento do recurso extraordinário; e b) demonstração pela parte de que a manutenção dos efeitos da decisão recorrida causará danos irreparáveis ou de difícil reparação ao recorrente. Precedentes.” (AC 2.902-AgR, rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 22/8/2011).

Supremo Tribunal Federal

PET 8002 / RS

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. Segundo orientação firmada por esta Corte, a atribuição de efeito suspensivo ou de tutela recursal ao agravo de instrumento é medida excepcional, que somente se justifica se houver densa probabilidade de conhecimento e de provimento do próprio recurso extraordinário. No caso em exame discute-se a aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa ao processo falimentar, em especial ao curso que tomou o pedido de falência em relação à ora agravante. Não há excepcionalidade que justifique a superação imediata dos precedentes desta Corte acerca do caráter infraconstitucional das violações constitucionais alegadas. Ademais, se há recurso especial pendente de exame, sem a inversão de julgamento nos termos do art. 543, § 2º do CPC e sem inequívoca matéria constitucional de ressalto, deve-se prestigiar o poder de cautela conferido ao Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental ao qual se nega provimento.” (AC 2.744-AgR, rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe de 25/4/2011).

Nesse diapasão, pontuo, ainda, que o recurso especial interposto pelo ora requerente sequer foi apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual o recurso extraordinário que se pretende efeito suspensivo encontra-se obstado, nos termos do artigo 1.031 do Código de Processo Civil/2015. Desta forma, melhor sorte não assiste ao requerente também nesse aspecto uma vez que, a depender do resultado do julgamento do recurso especial, o recurso extraordinário, quando chegue a esta Corte, restará prejudicado.

Destarte, reputo adequado, *in casu*, que seja observada a ordem legal de precedência de julgamento prevista no artigo 1031, § 1º do CPC/2015, cujo teor transcrevo, *verbis*:

“Art. 1.031 Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.

Supremo Tribunal Federal

PET 8002 / RS

§ 1º Concluído o julgamento do recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário, se este não estiver prejudicado.”

Ex positis, ante à inexistência de probabilidade de provimento do recurso extraordinário ao qual vinculado, **nego seguimento à presente ação**, nos termos do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do STF c/c os arts. 932, VIII, e 995, parágrafo único, do CPC/2015.

Publique-se. Int..

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente